



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE NUTRIÇÃO

GIOVANA DIAS LIMA

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM COMUNIDADES
QUILOMBOLAS NO BRASIL – UMA REVISÃO DA LITERATURA.**

BELÉM

2022

GIOVANA DIAS LIMA

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM COMUNIDADES
QUILOMBOLAS NO BRASIL – UMA REVISÃO DA LITERATURA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Nutrição, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito final à obtenção do título Bacharel em Nutrição.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luísa Margareth Carneiro da Silva.

BELÉM

2022

GIOVANA DIAS LIMA

**SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO
BRASIL – UMA REVISÃO DA LITERATURA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Nutrição, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito final à obtenção do título Bacharel em Nutrição.

CONCEITO: _____

AVALIADA EM: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof.^a Dra. Luísa Margareth Carneiro da Silva
FANUT/ICS/ Universidade Federal do Pará

Membro Titular: Prof.^a Dra. Ivanira Amaral Dias
FANUT/ICS/ Universidade Federal do Pará

Membro Titular: Ana Lucia Rezende
FANUT/ICS/ Universidade Federal do Pará

Membro Suplente: Prof.^a Dra. Andrea das Graças Ferreira Frazão
FANUT/ICS/ Universidade Federal do Pará

A Deus, aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida que tem me concedido, pelo ingresso e conclusão da graduação em nutrição e pela alimentação segura que nunca faltou na mesa de minha família, e por sempre colocar em meu caminho pessoas especiais.

Aos meus pais Divaldo Sacramento Lima e Ilza do Socorro Dias Lima, que se privaram de realizações pessoais para que eu e minha irmã aqui chegasse em meia tanta dificuldade, perdas e atropelos, agradecer aos amigos que me ajudaram, apoiaram na realização deste trabalho, agradecer grandemente a amiga Fabiana Costa e Paula Rayssa e os demais colegas que ajudaram-me.

E aos meus irmãos, avós, tios que sempre tiveram ao meu lado nas horas mais difíceis da vida dando apoio, e ao meu quilombo que me apoiaram e incentivaram, deram-me apoio a todos os momentos, ao presidente, secretário, e tesoureiro que não mediam esforços para assinar declarações.

A minha digníssima orientadora Luísa Margareth Carneiro da Silva pela inteligência e sabedoria, que conduz seus discentes e compreensão com que instruíam as ideias.

E a todos os docentes que contribuíram inapelavelmente foram co-responsáveis pelo nosso crescimento intelectual.

Agradeço aos colegas de classe pela espontaneidade e alegria na troca de informação e conhecimento para com os outros.

E a todos que me compreenderam e valorizaram minha dedicação de onde quer que estejam, e hoje se alegram por mais uma conquista vencida na minha vida e espero com a graça de Deus poder atuar com alegria, sabedoria enquanto profissional da alimentação e fazer a diferença na situação da fome e insegurança alimentar que atinge muitas pessoas.

Obrigado Deus por me conceder forças para vencer tantos obstáculos da vida. O meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo apresentar um estudo sobre segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas no Brasil nos últimos cinco anos. A lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2016, estabelece que o poder público deve respeitar, proteger, promover, informar e avaliar a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada. No entanto, os quilombolas são vulneráveis e sofrem discriminação por parte da instituição. Foi feito um levantamento de artigos dos últimos cinco anos sobre segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas no Brasil. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura com análise qualitativa, na qual artigos completos publicados nos anos de 2016 a 2021. A coleta de informações foi realizada durante os meses de outubro e novembro de 2021. Em relação à agricultura alimentar quilombola, observou-se pouca população local produzir, pois há êxodo rural, o que promove falhas no abastecimento local de alimentos. Reduziu o consumo de alimentos in natura e minimamente processados e aumentou o consumo de alimentos processados e ultraprocessados. Observou-se que a população quilombola consome menos peixe do que carne bovina, devido à poluição dos rios e a prática da caça, é comum na população quilombola. A maioria da população quilombola vive em insegurança alimentar, devido a aspectos socioeconômicos e ambientais, isso é observado em todas as faixas etárias. Estudos mostram que é quatro vezes maior que a população comum. Observou-se alta prevalência de insegurança alimentar nessa população, bem como falta de ingestão de determinados alimentos, como frutas e hortaliças. Além disso, a ausência de água encanada, distinta de esgoto, renda per capita e acesso a serviços de saúde agravam a situação. A partir das informações obtidas, foi realizada uma reflexão sobre a insegurança alimentar em comunidades quilombolas, onde ficou explícito o descaso do poder público e que medidas urgentes devem ser adotadas com uma atenção especial e mais justa para esse povo tão sofrido que luta pelo direito constituído em lei e que deveria ser comum a todos os brasileiros sem distinção.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Hábitos alimentares. Insegurança alimentar. Quilombola.

ABSTRACT

The present research work aims to present a study on food and nutrition security in quilombola communities in Brazil in the last five years. Law No. 11,346, of September 15, 2016, establishes that the public power must respect, protect, promote, inform and evaluate the effectiveness of the Human Right to Adequate Food. However, quilombolas are vulnerable and suffer discrimination from the institution. A survey of articles from the last five years on food and nutrition security in quilombola communities in Brazil was carried out. This is a systematic review of the literature with qualitative analysis, in which full articles were published in the years 2016 to 2021. The collection of information was carried out during the months of October and November 2021. In relation to quilombola food agriculture, it was observed that if few local people produce, as there is a rural exodus, which promotes failures in the local food supply. It reduced the consumption of in natura and minimally processed foods and increased the consumption of processed and ultra-processed foods. It was observed that the quilombola population consumes less fish than beef, due to the pollution of the rivers and the practice of hunting, which is common in the quilombola population. Most of the quilombola population lives in food insecurity, due to socioeconomic and environmental aspects, this is observed in all age groups. Studies show that it is four times larger than the average population. A high prevalence of food insecurity was observed in this population, as well as a lack of intake of certain foods, such as fruits and vegetables. In addition, the absence of running water, other than sewage, per capita income and access to health services exacerbate the situation. Based on the information obtained, a reflection was carried out on food insecurity in quilombola communities, making explicit the neglect of the public power and that urgent measures must be adopted with a special and fairer attention to this people who have suffered so much and who fight for the right that should be common to all Brazilians without distinction.

Keywords: Food security. Eating habits. Food insecurity. Quilombola.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVO	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3 REFERENCIAL TEÓRICO	12
3.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR.....	12
3.2 REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL	12
3.3 ESTRATÉGIAS PARA FACILITAR O ACESSO AO ALIMENTO.....	13
3.4 OS HÁBITOS ALIMENTARES E A CULTURA DOS QUILOMBOLAS	14
3.5 TRANSIÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	14
3.6 A ALIMENTAÇÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL.....	15
4 MATERIAL E MÉTODOS	17
4.1 TIPO DE ESTUDO	17
4.2 PERÍODO DE ESTUDO.....	17
4.3 AMOSTRA	17
4.3.1 Critério inclusão	17
4.3.2 Critério Exclusão.....	17
5 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	19
6 CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito que está sendo discutido mundialmente, definido por uma multiplicidade de indicadores de bem-estar humano e qualidade de vida. A SAN descreve as condições nutricionais, sociais, ambientais e econômicas necessárias para uma alimentação adequada em uma determinada população, comunidade ou domicílio (HAGERAATS *et al.*, 2017).

A Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional), ao estabelecer que “é dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do Direito Humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade”, assegura a todos os cidadãos seus direitos frente a esse cenário.

Quilombolas são grupos étnicos/raciais segundo critérios de autoatribuição, que apresentam uma trajetória histórica própria, com ligações territoriais específicas e com orgulho de ancestralidade negra fortemente ligada à opressão histórica suportada (CRUZ *et al.*, 2021). As origens dessa população estão interligadas ao período escravocrata, em um contexto bem diferente do atual, apresentando-se como símbolo da resistência da época, surgem as primeiras comunidades, na busca da liberdade e autonomia (NEVES *et al.*, 2021). Na atualidade, o povo quilombola encontra-se em grande vulnerabilidade social e sofre com o descaço e a discriminação institucional, caracterizado pelas desigualdades quando comparada à população geral (SANTOS *et al.*, 2021)

Segundo Maciel *et al.* (2021, p. 02)

Grupos reconhecidos com ancestralidade negra ocupam todo o território nacional e são reconhecidos pela Constituição Brasileira como quilombolas, definidos a partir das relações com a terra, parentesco práticas culturais e presunção de ancestralidade negra, que representam o resgate de uma dívida histórica com a população afrodescendente. (MACIEL *et al.* 2021, p. 02)

As modificações epidemiológicas, demográficas e nutricionais em curso no Brasil e em outros países emergentes caracterizam-se por diminuição nos níveis de morbi mortalidade e fecundidade, elevação da expectativa de vida, mudanças no estilo de vida e nos hábitos alimentares, assim como do crescimento da carga de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Com o novo cenário observado em decorrência dos avanços tecnológicos e do aumento do consumo de alimentos ultraprocessado, em decorrência das ações da mídia, tem se observado as consequências do impacto desse novo padrão dietético - tanto na saúde

quanto no bem-estar - caracterizando um processo de transição alimentar e tem levantado diversos debates sobre os fatores bioantropológicos, sociais e econômicos que intervêm no processo de saúde e nutrição em grupos rurais no Brasil (CORRÊA; SILVA, 2021).

As pesquisas atuais realizadas em comunidades quilombolas, já demonstram alta prevalência de (in)segurança alimentar entre os lares avaliados. Em um estudo realizado pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) de CHEROL *et al.* (2021) a prevalência de insegurança alimentar foi de 86,1%.

Assim, esse trabalho tem por objetivo realizar um levantamento dos artigos dos últimos dos cinco anos sobre a segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas no Brasil. O propósito da pesquisa é tentar entender o cenário de segurança alimentar que se encontram esses indivíduos, por meio da investigação na literatura.

2 OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar a situação da segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas no Brasil, nos últimos cinco anos.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Verificar na literatura científica fatos sobre a segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas no Brasil nos últimos cinco anos.
- ✓ Demonstrar os componentes sociodemográficos descritos na literatura sobre segurança alimentar em comunidades quilombolas no Brasil.
- ✓ Apresentar as características do consumo alimentar descritos na literatura.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR

O propósito da segurança alimentar e nutricional é assegurar à população acesso permanente aos alimentos de qualidade, variedade em quantidade suficiente sem comprometer ou influenciar a outras carências, levando em conta os hábitos alimentares propícios, colaborando para uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 2006).

O Brasil foi destacado no relatório internacional da FAO, *State of Food Insecurity in the World de 2014* (FAO; ROMA, 2014). Por ser exemplo de governança e de políticas de segurança alimentar e nutricional sucedida, que removeram o país do Mapa Mundial da Fome. Dessa maneira, o Brasil passou a ter crescimento a respeito da redução da fome, o desenvolvimento do Brasil já vinha sendo conduzido pela FAO, que observou o crescimento no país e a luta pelo combate à fome entre os anos de 2003 e 2013 (FAO-BRASIL, 2015).

Porém, entre 2014 e 2016, o povo brasileiro voltou novamente ao mapa da fome, situação de extrema pobreza que passou de 5,1 milhões para 10 milhões de indivíduos, o número cresceu de 14 milhões para 21 milhões, (Brasília; 2018). A situação de insegurança alimentar e nutricional vem sendo relacionado a diversos fatores, nos quais se refere condições de moradia, saneamento básico, cor da pele, água de qualidade, acesso a programas sociais, escolaridade, inclusão no mercado de trabalho e acesso ao consumo de alimentos, aspectos que apresentam uma ameaça para o escopo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para eliminar a fome até 2030 (BRASÍLIA, 2015).

3.2 REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL

Segundo a definição legal, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

A expressão *quilombo*, remete-se a *acampamento guerreiro na floresta* de etimologia Bantu, foi difundida por leis, relatórios, atos e decretos da administração colonial no Brasil, para citar às unidades de ajuda recíproco, desenvolvidas por rebeldes no sistema escravocrata e às suas reações, aparelhamentos e batalhas com o propósito do fim da escravidão no país (FREITAS *et al.*, 2011).

De uma maneira legal no Brasil o regime político e econômico chamado escravismo colonial, ocorreu do século XVI até metade do século XIX, sistema esse que teve início após a chegada dos portugueses no Brasil, buscando novas terras. Naquela ocasião, Portugal buscava expandir sua competência econômica, sendo assim ocupar novas terras. Porém, muito antes da vinda dos portugueses o solo brasileiro já era habitado por diversas tribos indígenas, sendo assim as comunidades indígenas os primeiros donos das terras (GOULARTE, 2000). Os índios resistiram incessantemente para impedir a apropriação de suas terras pelos portugueses, contudo, ainda com muito conflito não conseguiram conter a ocupação. Houveram muitas mortes entre os índios, assim como os sobreviventes foram escravizados pelo modelo bárbaro de produção dos colonizadores (SILVA, 2009). Então ocorre uma redução da mão de obra indígena, levando os portugueses a procurarem no tráfico dos negros o jeito de prosseguir o artifício escravista no Brasil (GOULARTE, 2000).

O desenvolvimento de quilombos está na essência dos procedimentos de construção de circuitos de inclusões socioculturais, econômicas e políticas, concretizadas durante séculos por populações camponesas negras (SILVA, 2010). Almeida (1997) já referia que em todo o território nacional, os remanescentes de quilombos, aparelhados em associações, requerem seus direitos e ao reconhecimento legal de posse das terras. Assim como a liberdade de exercer suas práticas, religiões e valores considerados em sua especificidade.

3.3 ESTRATÉGIAS PARA FACILITAR O ACESSO AO ALIMENTO

Pesquisas demonstram os altos índices de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) nas comunidades quilombolas e apontam para a necessidade de implementação de políticas públicas, de forma que, os valores de prevalência apresentados possam ser reduzidos, garantindo assim a SAN e o direito humano à alimentação adequada à esta parcela vulnerável da população. Portanto, levando em consideração os principais fatores associados à IAN, destaca-se a importância e necessidade de ampliar ações que favoreçam o acesso da comunidade ao alimento, através do desenvolvimento e autonomia dos quilombolas em relação à produção no âmbito da agricultura familiar para subsistência e desenvolvimento econômico SILVA *et al.*, (2020), visando melhoria no acesso quantitativo e qualitativo dos alimentos, além de possibilitar a escolha de uma alimentação mais saudável e adequada, respeitando o meio ambiente e a sua cultura alimentar, com a valorização dos alimentos regionais (SILVA *et al.*, 2017).

3.4 OS HÁBITOS ALIMENTARES E A CULTURA DOS QUILOMBOLAS

Os hábitos alimentares são conhecidos como ação própria de cada sujeito, portanto ultrapassam a parcialidade. E com a seleção de cada pessoa, esses hábitos são motivados por diferentes etapas do ciclo da vida, como por exemplo, costumes, práticas sociais, artísticas, acontecimento, ecologismo e diversidade (MURRIETA, 2001; PACHECO, 2008).

Pesquisas indicam desequilíbrio na seleção entre os alimentos utilizados pelos jovens da cidade e do campo. Os jovens rurais utilizam no seu dia a dia mais alimentos in natura, frutas, legumes, tubérculos e cereais, por outro lado, normalmente os jovens da zona urbana desfrutam de alimentos ricos em gorduras e açúcar, alimentos industrializados (WOICHIK, 2013; TARDIDO, 2009)

As áreas rurais mostram diversas referências e movimentos sociais, como os aspectos de relacionamentos com o mercado, fazendo à caracterização da identidade alimentar desses habitantes, que aderiram ao atual esquema de consumo. Os chamados grupos socialmente vulneráveis, como comunidades quilombolas, passaram por modificações nos hábitos alimentares ao longo do período, inúmeras vezes destacando a atuação da dieta ocidentalizada, que está inserida na base de alimentos industrializados em curta produção para subsistência (NAVAS, 2015; CAMBUY, 2006).

Considerando que comunidades quilombolas são associações com hereditariedade negra que culturalmente dominam exato ambiente e territórios, possuindo sua própria estruturação social (BRASIL, 2007; CAMBUY, 2006), logo seus habitantes têm rotas verdadeiras e detém carreira própria, beneficiada por ligações territoriais características, referentes à resistência à angústia e aos acontecimentos suportados (BRASIL, 2001).

3.5 TRANSIÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Os povos quilombolas por estarem localizados em regiões geográficas consideradas isoladas estão mais susceptíveis a enfrentarem problemas relacionados à saúde e ao desequilíbrio social, principalmente, o socioeconômico. Com este afastamento das grandes capitais, as comunidades quilombolas apresentam pioras na qualidade de vida, no acesso aos programas sociais e conseqüentemente, há um agravamento na segurança alimentar (RIBEIRO; MORAES; PINHO, 2015).

Com a industrialização houve uma mudança de estilo de vida, passando pelo método de caça, cultivo e coleta, para a uma forma mais fácil e rápida de obtenção dos alimentos, como a compra. No entanto, essa aproximação com os estabelecimentos de venda de

alimentos industrializados, favoreceu a transição alimentar que era advinda do histórico sociocultural e com globalização, passou a ter influência da mídia. Dessa maneira, é perceptível um distanciamento da população quanto ao alimento consumido, característica que pode ser observada na alimentação dos povos quilombolas, visto que, essas comunidades tinham como base das refeições, alimentos que representassem algum simbolismo referente a cultura e eram procedentes da caça e agricultura e passaram a consumir produtos processados e ultraprocessados, e isso levou a diminuição da produção para o autoconsumo (NAVAS *et al.* 2015).

Os hábitos e práticas alimentares são construídos com base em determinações socioculturais, relacionados à trajetória, história e relação com o meio em que as comunidades se inserem, e que no mundo contemporâneo, devido à influência da mídia e da modernidade, tem sido desestruturados e desconstruídos (NAVAS *et al.* 2015, p. 03 apud TARDIDO; FALCÃO, 2006).

Com a transição alimentar e nutricional dos povos quilombolas, houve também uma transição epidemiológica, haja visto que com o comprometimento de uma alimentação in natura e o excesso de consumo de alimentos ultraprocessados, houve um aumento riscos metabólicos para esses povos como a obesidade, a hipertensão e o diabetes, entretanto, o acesso a saúde pública de qualidade e a programas sociais não cresceram proporcionalmente a globalização, sendo necessários que os direitos dessa população a educação alimentar e a rede pública de saúde sejam reforçados periodicamente (RODRIGUES; OLIVEIRA; SANTOS, 2020).

3.6 A ALIMENTAÇÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL

Todos os indivíduos devem ter assegurado o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que está intrinsecamente ligado não apenas ao acesso diário aos alimentos, mas também deve garantir a quantidade e qualidade de maneira suficiente para suprir as necessidades nutricionais e a manutenção da saúde, além disso, ela deve está ligada ao direito de acessar aos recursos e meios para produzir ou adquirir alimentos seguros e saudáveis de modo a respeita os hábitos e a cultura inerente do ser humano (MONEGO *et al.*, 2010).

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está associado não só à garantia do acesso diário a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para atender as necessidades nutricionais para a manutenção da saúde, como também está relacionada ao direito de acesso aos recursos e meios para produzir ou adquirir

alimentos seguros e saudáveis que respeite os hábitos e a cultura inerente do ser humano. (MONEGO *et al.*, 2010, p. 02).

O DHAA está contido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) N° 11.346/2006, que constitui um dispositivo legal que auxilia na formulação e implementação de políticas, planos e ações com o intuito de assegurar o direito humano à alimentação adequada. As leis ajudam a garantir o bem estar e qualidade de vida da população, uma vez que contribuem para assegurar os direitos humanos, essa em especial tem como foco principal a instalação de políticas públicas e programa do governo, além de estabelecer as definições, princípios e objetivos para a composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SANTOS; GARAVELLO, 2016).

A alimentação é uma necessidade fisiológica do ser humano como uma necessidade fundamental, baseada na descoberta de ingredientes e modos de prepará-los. Ao longo da história, a alimentação vem ocupando uma função identitária, no qual as etapas que circundam a maneira de conseguir, de preparação, as situações envolvidas nesse processo, assim como, os motivos do consumo do alimento podem representar um tipo de identidade étnica, local ou nacional. A comida se apresenta como elemento usado pelos grupos sociais para tomarem consciência de sua diferença e de sua etnicidade (sentimento de fazer parte de uma entidade cultural diferente), no sentido que compartilham o seu significado, o reconhecimento e a aceitação/incorporação de tais diferenças (MARCIEL, 2012).

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de estudos observacionais retrospectivos, com aplicação das normas de uma revisão bibliográfica.

4.2 PERÍODO DE ESTUDO

Foi realizada uma revisão de literatura por meio de artigos disponibilizados em meios eletrônicos publicados no período de 2016 a 2021. A coleta desses dados foi realizada no período de outubro e novembro de 2021.

4.3 AMOSTRA

Pesquisa realizada em base de dados acadêmicos, (BIREME) e (PERIÓDICOS CAPES), utilizando os descritores: Segurança alimentar e nutricional, hábitos alimentares, insegurança alimentar, quilombolas. Aplicou-se o conectivo AND entre os descritores, segurança alimentar e nutricional AND quilombolas; Hábitos alimentares AND Quilombolas; Insegurança alimentar AND Quilombolas.

Foram selecionados 14 artigos de 30 pesquisados minuciosamente. Após essa seleção global, houve o momento de análise, mediante leitura seletiva dos artigos relacionados com o tema da pesquisa e foram julgados de acordo com os objetivos da pesquisa, com a meta de realizar uma análise sobre a SAN- Segurança alimentar e nutricional, em habitantes quilombolas no Brasil. O idioma escolhido foi o português.

4.3.1 Critério inclusão

Foram incluídos artigos completos que investigavam a população quilombola e a segurança alimentar no Brasil.

4.3.2 Critério Exclusão

Artigo em duplicata, dissertações, publicações não indexadas, teses e monografias.

Por fim, depois de uma leitura interpretativa para obter os resultados, a amostra foi composta de 14 artigos.

4.4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Após a leitura dos artigos selecionados foram obtidos os dados para o trabalho de forma sistemática, com ordenação, classificação e análise final.

Os dados qualitativos foram analisados em três etapas.

A primeira foi a pré-análise, a partir da escolha dos artigos a serem utilizados por meio de leituras gerais.

A segunda foi a exploração e organização para compreender e encontrar estruturas relevantes, para isso foi utilizado um quadro com todos os artigos achados, detalhando-os em tópicos de interesse no estudo: ano de publicação, autor, título, palavra-chave, metodologia, principais resultados e conclusões.

E a terceira e por fim, processaram-se apenas os artigos com os resultados relevantes e suas interpretações foram previstas em quadros teóricos construídos no software Excel 2019, na qual, fizeram parte dos resultados desse trabalho.

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

Sobre os aspectos éticos a presente pesquisa, por ser um trabalho revisão da literatura dispensa a submissão à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Porém todos os preceitos éticos constituídos serão considerados para zelar pela legalidade das informações, privacidade e sigilo dos dados.

4.5 FINANCIAMENTO

O estudo não recebeu financiamento, todos os custos foram arcados pelos pesquisadores.

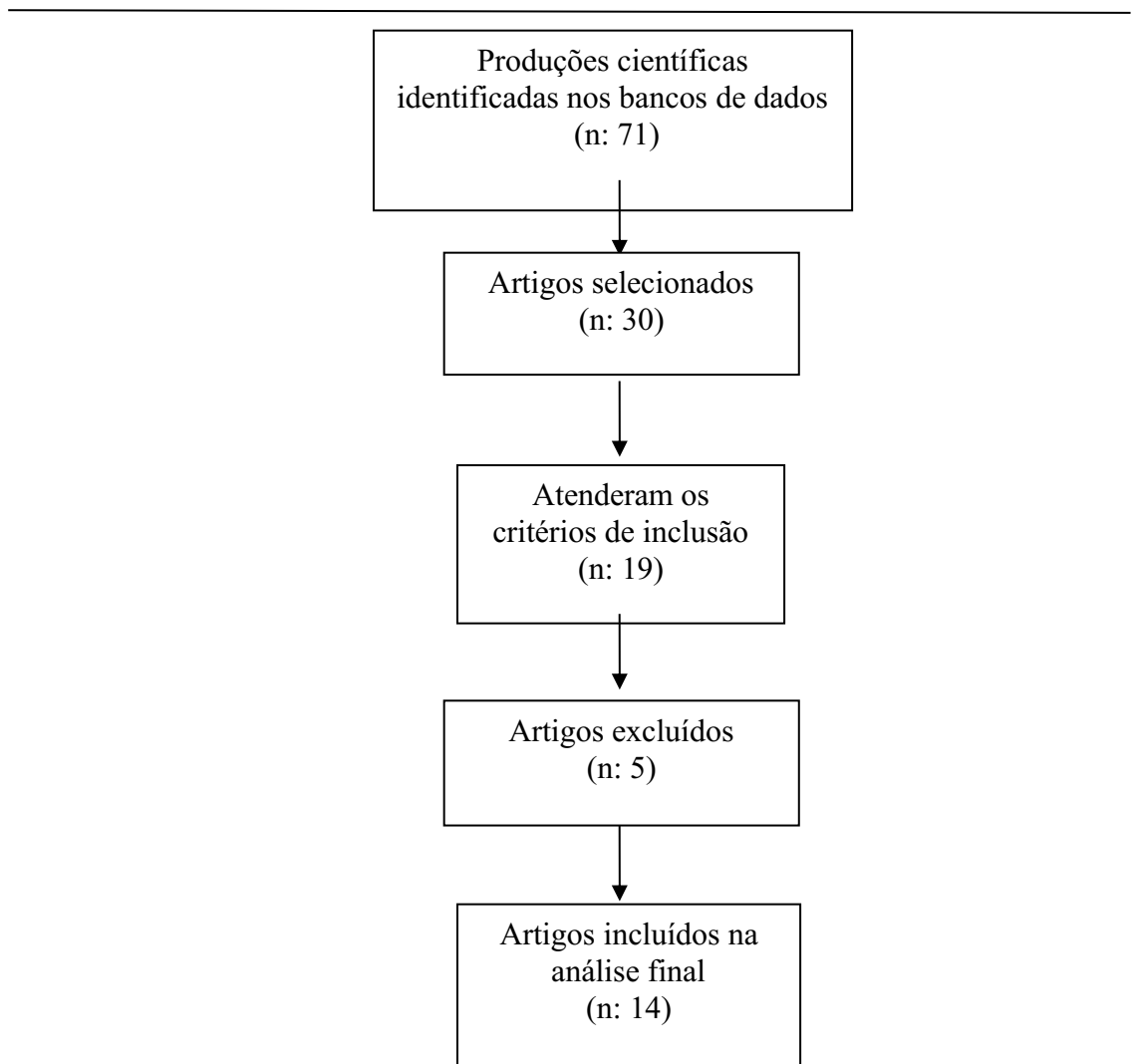
4.6 CONFLITOS DE INTERESSES

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

5 RESULTADO E DISCUSSÃO

Após a realização das buscas nas bases de dados bibliográficos, foram identificados os estudos conduzidos com comunidades quilombolas sobre os hábitos alimentares, além de estudos sobre a insegurança alimentar, hábitos alimentares e quilombolas. 71 artigos foram encontrados e avaliados, dos quais 30 foram selecionados para leitura, com base nos critérios pré-estabelecidos, 19 foram eleitos para compor a revisão, e após análise minuciosa deles 05 foram excluídos por não contemplarem algum item exigindo, ao final foram selecionados 14 artigos para o embasamento deste trabalho de pesquisa como demonstrado na figura 1, sendo os 14 artigos selecionados apresentados na Tabela 1.

Figura 1: Fluxograma de identificação e seleção dos artigos



Fonte: Elaboração própria (2021).

Tabela 1: Artigos selecionados com base no ano de publicação, autor, título, palavra-chave, metodologia, principais resultados e conclusões.

(continua)

Ano	Autores	Título/localidade	Palavras-chaves	Metodologia	Resultados	Conclusão
2016	Santos et al	Uma Análise Agroalimentar: O Caso dos Agricultores quilombolas da reserva de desenvolvimento sustentável quilombos barra do Turvo - SP.	Agricultura familiar. Segurança Alimentar. Desenvolvimento Sustentável. Quilombolas.	A coleta de dados baseou-se na aplicação de entrevistas semiestruturadas, com levantamento da frequência de consumo alimentar e recordatório 24 horas.	Dos entrevistados, 23 afirmaram ter roça, e 5 disseram não ter porque não têm ajuda ou possuem idade avançada. Observou-se que 40% afirmaram trabalhar na própria roça, 22% disseram que a mão de obra é das mulheres, 4% afirmaram ser do sexo masculino a mão de obra. Da forma de aquisição de alimentos, 60% são obtidos por meio da compra e cerca de 40% são produzidos nas roças e pomares das casas. Segundo 72 % dos entrevistados, o custo mensal com compra de alimentos está em torno de R \$300,00 a R \$400,00. O recordatório 24 horas e a frequência de consumo apontaram que o almoço, basicamente, é composto por feijão, arroz e farinha de milho, e o consumo de proteína de origem animal, como frango, gado e suíno são alimentos consumidos por 65,3% das famílias, e ovos e peixe estão presentes na dieta de menos de 1% dos entrevistados.	Os resultados apresentados neste estudo reforçam a tese de que as práticas de produção agroalimentar na RDS não contradizem a premissa dessa UC e contribuem para a manutenção da segurança e da soberania alimentar. Constatou-se que a produção agroalimentar pode não atender toda a demanda. No entanto, contribui para a manutenção de uma dieta alimentar diversificada, resultando na manutenção da segurança alimentar das unidades familiares.
2016	Rivas et al.	Desenvolvimento de um Questionário de Frequência Alimentar para Populações Quilombolas do Rio Grande do Sul, Brasil	Inquéritos e Questionários. Consumo de Alimentos. Doença Crônica. Doenças Cardiovasculares. Adulto. Grupos Étnicos.	O questionário de frequência alimentar foi elaborado com apoio na aplicação prévia de recordatório alimentar de 24 horas de um estudo transversal concretizado em 2011, com amostra representativa da população em estudo. Foram coletados 589 recordatórios, produzidos uma lista de 163 itens alimentares. Destes, foram selecionados aqueles com frequência de aparecimento de pelo menos 5%, além dos que apresentaram contribuição percentual para a ingestão de energia e dos nutrientes de interesse no estudo.	Os alimentos mais consumidos pela população quilombola foram: arroz, óleo de soja, café, feijão, pães, açúcar e carne bovina. O alimento com maior contribuição para a ingestão calórica e de sódio foi o pão caseiro. Para a ingestão de proteína, a carne bovina. Para os lipídeos, o óleo de soja. Para as fibras e potássio, o feijão. E para a vitamina C, a laranja. A lista final do questionário de frequência alimentar contém 65 itens alimentares.	O presente estudo contribui para a identificação dos hábitos alimentares das comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul.

Tabela 1: Artigos selecionados com base no ano de publicação, autor, título, palavra-chave, metodologia, principais resultados e conclusões.

(continuação)

Ano	Autores	Título/ localidade	Palavras- chaves	Metodologia	Resultados	Conclusão
2016	Nascimento; Guerra	Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará	Agricultura familiar. Autossuficiência. Extrativismo. Autoconsumo.	Foram entrevistadas 25 das 35 famílias residentes na comunidade quilombola, alcançando-se, dessa maneira, 68,5% das famílias locais, por meio de quatro visitas, três realizadas no período de maio a outubro de 2012, e uma em janeiro de 2013. Utilizando uma abordagem qualitativa e os procedimentos de observação participante, entrevista semiestruturada, registro fotográfico, listagem livre e oficinas sobre hábitos alimentares, buscou-se obter informações que permitissem uma compreensão das práticas produtivas e alimentares localmente desenvolvidas.	A alimentação das famílias da comunidade quilombola do baixo Acaraqui tem como base o açaí (<i>Euterpe oleracea</i> Mart.), os mariscos e a farinha de mandioca. Essa realidade está associada ao desenvolvimento de práticas alimentares com um elevado grau de adaptação ao ambiente, construídas pelas famílias locais ao longo do tempo. As dificuldades na obtenção de renda enfrentadas pelas famílias locais eram devidas, principalmente, à baixa valorização dos seus produtos no mercado local “no tempo dos pais” e pela dificuldade de acesso ao comércio da cidade de Abaetetuba.	As estratégias de produção e de acesso aos alimentos das famílias quilombolas da comunidade do baixo Acaraqui tinham como foco principal, no passado recente, o autoconsumo. As estratégias usadas eram possibilitadas pela abundância de recursos naturais (peixes, camarões, frutas, caças) e pela facilidade no acesso, na obtenção e no quantitativo desses recursos. Esta realidade já não é mais observada com a mesma frequência na comunidade. Na questão produtiva, a elevação do valor da produção local acarretou um aumento no valor comercial dos recursos da comunidade, tanto agrícolas quanto extrativistas (frutos).

Tabela 1: Artigos selecionados com base no ano de publicação, autor, título, palavra-chave, metodologia, principais resultados e conclusões. (continuação)

Ano	Autores	Título/localidade	Palavras-chaves	Metodologia	Resultados	Conclusão
2016	Sousa <i>et al.</i>	Hábitos alimentares de adolescentes quilombolas e não quilombolas da zona rural do semiárido baiano, Brasil	Adolescente, Consumo de alimentos, Comportamento alimentar, Grupo com ancestrais do continente africano.	Estudo transversal com 390 adolescentes de 10 a 19 anos em 2015, utilizando questionário adaptado da PeNSE e PNS. O consumo alimentar foi avaliado pela frequência nos últimos 7 dias de alimentos marcadores de alimentação saudável e não saudável. Realizar o desjejum foi marcador de comportamento saudável e, realizar refeição enquanto assistia TV. Foi realizada a distribuição de frequências e as diferenças entre os grupos quilombola e não quilombola foram testadas com qui-quadrado. A razão de prevalência (RP) estimou a associação do consumo e comportamento alimentar e as variáveis de interesse.	Foi notado um baixo consumo de frutas (30,8%), hortaliças (44,3%) e leite (24,4%). Quando comparados, os quilombolas tiveram consumo de feijão maior (RP = 1,11), entretanto, o consumo de hortaliças (RP = 0,73), frutas (RP = 0,67) e leite (RP = 0,68) foi inferior ao dos não quilombolas. Quando analisados os marcadores de alimentação saudável, o consumo regular (≥ 5 dias por semana) entre os adolescentes foi de 88,0% de feijão, 44,3% de hortaliças (28,2% hortaliças cruas e 15,1% cozidas), 30,8% de frutas e 24,4% de leite. O consumo regular de marcadores de alimentação não saudável foi de: 6,7% de salgados fritos, 5,1% de embutidos, 36,0% de biscoitos/bolachas salgadas, 16,9% de biscoitos doces, 10,8% de salgadinho/batata frita de pacote, 35,1% de guloseimas e 6,7% de refrigerantes. Cerca de 41,5% dos adolescentes tinham o hábito de realizar refeições assistindo TV ou estudando por 5 dias ou mais da semana e 86,2% costumavam realizar o desjejum.	Os adolescentes rurais apresentaram um consumo regular dos marcadores de alimentação saudável maior que em outros estudos, porém ainda se observa um baixo consumo de frutas, hortaliças, leite e o consumo regular de marcadores de alimentação não saudável. Os quilombolas tiveram um consumo inferior da maior parte dos alimentos marcadores de alimentação saudável quando comparados aos adolescentes não quilombolas.
2017	Silva <i>et al.</i>	Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?	Segurança Alimentar e Nutricional; Grupo com Ancestrais do Continente Africano; Origem Étnica e Saúde; População Rural.	Foi um estudo transversal com 21 comunidades rurais, sendo nove quilombolas, em 2014, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Foram estimadas prevalências e razões de prevalência para insegurança alimentar, e a análise múltipla foi conduzida por regressão de Poisson com variância robusta. Este foi um estudo transversal, de abordagem domiciliar, que teve como população alvo famílias residentes em uma área rural do Município de Vitória da Conquista, no interior da Bahia.	A situação de insegurança alimentar foi encontrada em 52,1% das famílias estudadas, sendo 64,9% entre quilombolas e 42% entre as demais. Insegurança alimentar foi associada a ser quilombola (RP = 1,25); ter nível econômico mais baixo (RP = 1,89; 2,98 e 3,22 para os níveis C2, D e E, respectivamente); ser beneficiário do programa Bolsa Família (RP = 1,52); e ter quatro residentes ou mais no domicílio (RP = 1,20).	A prevalência de insegurança alimentar foi elevada em toda a população, no entanto as comunidades quilombolas, apesar de pertencerem à mesma área de abrangência das outras comunidades, apresentaram uma prevalência ainda maior de insegurança alimentar, reforçando a vulnerabilidade dessa população.

Tabela 1: Artigos selecionados com base no ano de publicação, autor, título, palavra-chave, metodologia, principais resultados e conclusões.

(continuação)

Ano	Autores	Título/ localidade	Palavras- chaves	Metodologia	Resultados	Conclusão
2017	Andrade <i>et al.</i>	Avaliação da situação de insegurança alimentar em uma comunidade quilombola de Sergipe	alimentação, segurança alimentar, comunidade quilombola.	Tratou-se de um estudo epidemiológico com delineamento transversal que avaliou a situação da segurança alimentar de uma comunidade quilombola de Sergipe no período de janeiro a março de 2017. Foram entrevistadas um total de 26 domicílios, totalizaram-se informações de 88 moradores em relação ao perfil socioeconômico, à insegurança alimentar intradomiciliar, ao acesso a programas sociais, entre outros. Os dados foram analisados descritivamente, a partir de frequências relativas e medidas de tendência central. Foi aplicado o teste de Qui-Quadrado para análises das associações entre insegurança alimentar e outras variáveis.	A prevalência de Insegurança Alimentar Moderada ou Grave (IAMG) encontrada foi de 52,2%, também foram identificadas associações significativas entre a situação de IAMG com variáveis de acesso a serviços de saúde e saneamento básico. De acordo com os dados, grande parte da amostra possuía alimentos típicos da população brasileira, como feijão e arroz, presentes nos domicílios de 96,6% dos indivíduos. Houve alta prevalência (68,2%) de alimentos regionais como os tubérculos (aipim, mandioca ou macaxeira). Alimentos derivados do milho, como fubá, cuscuz e farinha de milho tiveram presença marcante, com disponibilidade para 75% dos indivíduos. A disponibilidade do grupo de verduras e de legumes foi verificada para mais da metade dos indivíduos (65,9% e 61,4%, respectivamente), o que pode ser justificado pelo recebimento de doações do programa Mesa Brasil, que distribui principalmente alimentos dos grupos citados. As frutas in natura (44,3%) e os sucos naturais (40,9%) estavam disponíveis para menos da metade dos entrevistados, enquanto que a disponibilidade de refrigerantes foi observada para 52,3% dos entrevistados. Biscoito, bolachas industrializadas, bem como doces, sorvetes e derivados estavam disponíveis nos lares de aproximadamente 30% dos entrevistados.	A partir das análises realizadas observou-se que a prevalência de insegurança alimentar na comunidade é bastante elevada, estando associada a condições precárias de saneamento básico, acesso deficiente a serviços de saúde e a políticas públicas, revelando condição de vulnerabilidade referente à garantia de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

Tabela 1: Artigos selecionados com base no ano de publicação, autor, título, palavra-chave, metodologia, principais resultados e conclusões.(continuação)

Ano	Autores	Título/localidade	Palavras-chaves	Metodologia	Resultados	Conclusão
2019	Lamarão <i>et al.</i>	Prevalência De Excesso De Peso Em Adolescentes De Escolas Quilombolas E Os Fatores Associados	Adolescência. Saúde Escolar. Sobrepeso. Obesidade. Quilombola.	Trata-se de um estudo epidemiológico do tipo transversal com delineamentos: quantitativo e descritivo. A amostra foi constituída por 306 adolescentes escolares de 10 a 19 anos de idade e de ambos os sexos. O excesso de peso (variável dependente) foi obtido através do IMC utilizando-se a fórmula $\text{Peso (kg)/altura(m)}^2$ e considerando como desfecho os adolescentes que apresentaram percentil >85. Os fatores associados (variáveis independentes) ao excesso de peso foram obtidos através de um questionário com informações sobre características sociodemográficas e econômicas; características comportamentais e familiares e características de hábitos alimentares. A análise estatística foi realizada pelo teste de qui-quadrado e regressão logística, com erro amostral de 5% e índice de confiança de 95% para determinar possíveis associações entre as variáveis.	Identificou-se prevalência de 19,3% (IC: 95%) para o excesso de peso, e associação deste com ingestão de bebidas alcoólicas ($p=0,03$), comportamento inativo fisicamente ($p=0,01$), número de moradores por domicílio ($p=0,03$) e fazer dietas da moda ($p=0,01$). A maioria dos adolescentes estudados obteve diagnóstico nutricional dentro do Índice de Massa Corporal (IMC) considerado adequado que compreende a faixa de 18.5 a 24.9 kg/m^2 . Identificou-se que 5,2% estavam com baixo peso, 75,5% eutróficos, 13,1% sobrepeso e 6,2% obesos.	Os resultados demonstraram que a prevalência de excesso de peso foi elevada. Adolescentes de ambos os sexos com estilo de vida pouco saudável se mostraram mais expostos ao excesso de peso corporal. Portanto, há necessidade de investigar outros fatores associados ao excesso de peso em comunidades tradicionais, em especial adolescentes, para que se identifiquem outras variáveis de associação.
2020	Silva <i>et al.</i>	Situação de insegurança alimentar e nutricional em famílias Quilombolas Maranhenses	Segurança Alimentar e Nutricional, Populações Vulneráveis, Grupo com Ancestrais do Continente Africano, Família.	Foram coletados dados socioeconômicos, demográficos e de saúde de 373 famílias quilombolas nos municípios de Penalva e Viana - MA, em 2015, por meio de formulário aplicado nos domicílios. A insegurança alimentar e nutricional foi avaliada utilizando-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Os fatores associados à insegurança alimentar foram obtidos por meio da análise fatorial de classe latente ($p<0,05$).	A prevalência de segurança alimentar e nutricional foi de 20,1%, enquanto a de insegurança alimentar e nutricional foi de 79,9%, das quais 32,2% foram classificadas como leve, 25,7% moderada e 22,0% grave. Famílias chefiadas por mulheres, domicílios com mais de cinco pessoas, renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo e a não cobertura pela Estratégia Saúde da Família foram as variáveis associadas às classes de insegurança leve e moderada ($p<0,05$).	A insegurança alimentar e nutricional é elevada nas comunidades quilombolas estudadas, especialmente a grave. Esses resultados apontam para a necessidade de políticas públicas voltadas para assegurar acesso à educação, aumento da oferta de trabalho, garantia da renda mínima e expansão da cobertura da Estratégia Saúde da Família nas comunidades quilombolas.

Tabela 1: Artigos selecionados com base no ano de publicação, autor, título, palavra-chave, metodologia, principais resultados e conclusões.(continuação)

Ano	Autores	Título/ localidade	Palavras- chaves	Metodologia	Resultados	Conclusão
2021	Cruz <i>et al.</i>	Condições socioambientais relacionadas com a (In)Segurança Alimentar e Nutricional de quilombolas de uma Reserva Extrativista Marinha.	Qualidade da água; Saneamento básico; Saúde da comunidade.	Foi realizada uma pesquisa de caráter quantitativo, na comunidade quilombola Engenho da Ponte, a qual faz parte da RESEX Marinha Baía do Iguape (Bahia, Brasil), uma das Unidades de Conservação (UC) Federais. A pesquisa foi realizada no período de junho de 2014 a setembro de 2016. A referida comunidade é formada por 26 domicílios. Foi aplicada entrevista semiestruturada, contendo questões relacionadas ao perfil socioeconômico das famílias e da infraestrutura da comunidade e realizada coleta da água estuarina em cinco pontos no estuário do rio Engenho da Ponte, o qual circunda a comunidade estudada, entre os períodos seco e chuvoso, com aferição dos parâmetros abióticos (temperatura, salinidade) nos pontos de coleta e pluviosidade da região.	Observou-se que 65,2% tinham as famílias chefiadas por mulheres, 56,5% possuíam ensino fundamental incompleto e 47,9% tinham renda mensal de até um salário mínimo. O saneamento básico era precário, pois inexistia coleta de lixo e o esgotamento sanitário era a céu aberto em 91,3% dos domicílios. A contagem de coliformes totais e termotolerantes variou de 0,88 a 1,64 log NMP.100mL-1 e 0,72 a 1,55 log NMP.100mL-1 respectivamente, com valores acima do permitido no período chuvoso nos pontos 1, 2 e 3 para coliformes termotolerantes no 90 percentil.	As condições precárias de saneamento básico, a contaminação microbiológica da água estuarina próxima aos domicílios e a baixa escolaridade dos moradores demonstraram a vulnerabilidade socioambiental da comunidade estudada, estando diretamente relacionadas com a insegurança alimentar e nutricional.
2021	Maciel <i>et al.</i>	Insegurança alimentar em comunidades quilombolas: um estudo transversal. Tocantins, Região Norte do Brasil	Segurança alimentar; Nutrição; Populações vulneráveis; Quilombolas.	Estudo de desenho transversal, realizado em 4 comunidades quilombolas do Norte do Brasil. Foram analisadas características socioeconômicas e demográficas por meio de um formulário semiestruturado e o nível de insegurança alimentar foi mensurado pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Para analisar a aderência dos dados quantitativos à distribuição normal, utilizou-se o teste de Shapiro-Wilk. Para analisar a associação entre as características socioeconômicas e a prevalência de insegurança alimentar utilizou-se o teste de Qui-quadrado. Para estimar os fatores associados à insegurança alimentar, utilizou-se a regressão de Poisson com variância robusta. O nível de significância adotado foi de 5%.	Verificou-se uma prevalência de 71,2% (n=47) em situação de insegurança alimentar. Dos indivíduos que viviam em situação de insegurança alimentar, 15,79% (n=3) apresentavam alteração dos níveis de hemoglobina. Pode-se observar uma prevalência de insegurança alimentar de 71,2% e que ser mulher chefe de família aumenta as chances de insegurança alimentar e nutricional entre os quilombolas do estado do Tocantins.	Pode-se observar que diante de uma frequência de insegurança alimentar de 71,2%, a maioria é considerada leve (74,5%). Ser mulher chefe de família aumenta as chances de insegurança alimentar e nutricional entre os quilombolas do estado do Tocantins. Associação encontrada algumas características demográficas e nível de insegurança alimentar, pode ser um importante indicador da relação entre vulnerabilidade, sexo e insegurança alimentar, uma vez que esta foi encontrada mesmo com o reduzido tamanho de amostra.

Tabela 1: Artigos selecionados com base no ano de publicação, autor, título, palavra-chave, metodologia, principais resultados e conclusões. (continuação)

Ano	Autores	Título/ localidade	Palavras- chaves	Metodologia	Resultados	Conclusão
2021	Corrêa; Silva.	Da Amazônia ao guia: os dilemas entre a alimentação quilombola e as recomendaç ões do guia alimentar para a população brasileira.	Grupo com Ancestrais do Continente Africano; Saúde da População Negra; Cultura Alimentar; Dieta; Guias Alimentares.	Foram realizadas entrevistas semiestruturadas nas comunidades de Santo Antônio (Concórdia do Pará, nordeste paraense) e São João (Salvaterra, ilha do Marajó) sob o protocolo CEP 060/07. Foram feitas análises do consumo e das preferências alimentares de acordo com o guia.	Os resultados evidenciam: alto consumo de café adoçado, feijão, arroz e farinha; baixa participação de verduras, legumes e frutas na dieta dos entrevistados. Alimentos como pão, leite de vaca, macarrão, margarina e bolacha salgada são as formas comuns de diversificar os alimentos consumidos pelo grupo. Como fontes proteicas, destacam-se a carne vermelha – silvestre ou não –, o pescado, o charque, o frango e o ovo de galinha. São apresentadas algumas contradições do guia quando aplicado às comunidades.	Apesar dos avanços do guia, obteve como resultado que o cumprimento das orientações para uma alimentação adequada e saudável nos grupos quilombolas da região amazônica enfrenta desafios. Guias alimentares são importantes para a saúde e a nutrição da população, porém precisam ser combinados com outros tipos de intervenções que respeitem a diversidade cultural do país.

Tabela 1: Artigos selecionados com base no ano de publicação, autor, título, palavra-chave, metodologia, principais resultados e conclusões. (continuação)

Ano	Autores	Título/localidade	Palavras-chaves	Metodologia	Resultados	Conclusão
2021	Cherol; Ferreira; Salles-Costa.	Desigualdade sociais e insegurança alimentar domiciliar em comunidades quilombolas no Brasil	Dados do censo; Grupos étnicos; Segurança alimentar e nutricional; Pobreza; Vulnerabilidade e social.	Os microdados do Censo Quilombola de 2011, “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional nas comunidades quilombolas tituladas”, foram analisados. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar foi usada para avaliar o nível de insegurança alimentar dessa população. Modelos de regressão multinomial foram utilizados para testar a associação entre características sociodemográficas e insegurança alimentar.	A prevalência de insegurança alimentar foi de 86,1% (leve: 30,2%; moderada/grave: 55,9%). No modelo final ajustado, verificou-se que as residências cujos responsáveis eram solteiros/divorciados, com escolaridade entre 1-7 anos, aquelas onde havia maior aglomeração familiar, presença de crianças menores de cinco anos, com precário saneamento básico, da macrorregião Norte do país e famílias com renda mensal familiar inferior a um salário mínimo apresentaram associação significativa com insegurança moderada/ grave (p-valor <0,001).	Os resultados indicaram que as famílias quilombolas apresentavam elevada prevalência de insegurança alimentar, sendo necessária a implementação de políticas públicas para promoção da segurança alimentar e nutricional e que minimizem as históricas injustiças sociais sofridas por essa população.
2021	Silveira; Padilha; Frota.	Desnutrição e fatores associados em crianças quilombolas menores de 60 meses em dois municípios do estado do Maranhão, Brasil.	Pré-escolares, Desnutrição infantil, Negros.	Estudo transversal com amostra de 372 crianças realizado em agosto de 2015. A pesquisa foi realizada em comunidades remanescentes de quilombos dos municípios de Penalva e Viana, Maranhão, com ou sem título de posse coletiva da terra emitido por órgãos oficiais. Foram visitados todos os domicílios nos quais residia pelo menos uma criança menor de 60 meses em 27 comunidades localizadas na zona rural dos referidos municípios. Foram coletadas informações socioeconômicas, demográficas, maternas e das crianças. A antropometria seguiu o proposto pela Organização Mundial da Saúde. Foram calculados os índices estatura para idade e peso para estatura utilizando o software Anthro versão 3.2.2. Foi realizada regressão de Poisson com variância robusta para a associação da desnutrição com as variáveis estudadas, utilizando o software Stata versão 14.0.	A desnutrição em crianças foi elevada segundo a estatura-por-idade (15,1%) e peso-para-estatura (7%). Crianças cujas mães possuíam baixa estatura (< 1,497 m) apresentaram mais chances de possuírem déficit de estatura-para-idade (p < 0,05). Nenhuma variável se associou estatisticamente ao baixo peso-para-estatura.	A desnutrição infantil persiste como problema de saúde pública em regiões vulneráveis e os fatores maternos como a baixa estatura materna podem explicar a baixa estatura dos filhos. Aponta-se para a necessidade de ações de enfrentamento deste desvio nutricional. Além disso, Os resultados encontrados expõem a situação de iniquidade social e invisibilidade a que essa população está submetida e apontam para a necessidade de políticas públicas que visem compensar a negligência histórica do Estado para com esse segmento populacional.

Tabela 1: Artigos selecionados com base no ano de publicação, autor, título, palavra-chave, metodologia, principais resultados e conclusões.

(Conclusão)

Ano	Autores	Título/localidade	Palavras-chaves	Metodologia	Resultados	Conclusão
2021	Félix de Jesus Neves, Aline Alves Ferreira, James R. Welch.	Estado nutricional e fatores associados ao déficit estatural em crianças menores de cinco anos de comunidades remanescentes de quilombos do Nordeste brasileiro.	Etnia e Saúde; Grupo com Ancestrais do Continente Africano; Avaliação Nutricional; Desnutrição	Foram utilizados dados secundários derivados da Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas (Pesquisa de Avaliação), conduzida em 2011. A pesquisa planejou investigar todos os residentes das 177 comunidades quilombolas tituladas no país (segundo cadastro existente em 2009), localizadas em 14 unidades da federação. Foram coletados dados de 40.548 indivíduos, habitantes de 169 comunidades. A redução de 177 para 169 no total de comunidades pesquisadas se deve ao fato de algumas comunidades terem se fundido a outras em anos anteriores à pesquisa.	As prevalências de excesso de peso e déficit ponderal foram 2,8% e 6,1%, respectivamente. O déficit estatural foi diagnosticado em 14,1% da amostra. O modelo hierárquico de déficit estatural evidenciou maiores prevalências do agravo entre crianças que não tinham acesso à atenção básica (RP = 1,63; IC95%: 1,11; 2,41), à água tratada (RP = 2,09; IC95%: 1,42; 3,08) e que nasceram com baixo peso (RP = 2,19; IC95%: 1,33; 3,61). A prevalência de déficit estatural foi de 14,1%, e o déficit ponderal atingiu 6,1% das crianças. O excesso de peso foi observado em 2,8% das crianças analisadas.	A elevada prevalência de déficit estatural mostra que a população quilombola no Nordeste apresenta condições de saúde desfavoráveis, sendo reflexo da falta de acesso à atenção básica e das precárias condições de saneamento.

5.1 A ALIMENTAÇÃO NA AGRICULTURA QUILOMBOLA.

A alimentação e a nutrição são exigências básicas para a garantia da proteção e promoção da saúde, pois asseguram a qualidade de vida para os indivíduos. Silva *et al.* (2017), em estudos com os membros de comunidades quilombolas, realizaram uma análise da produção agrícola destas, e determinaram que existe um padrão de adoção de tecnologias voltadas ao desenvolvimento capitalista, com rompimento da exportação da produção, em detrimento do autoconsumo. Aliado a esse fator, vem ocorrendo, concomitantemente, o êxodo rural, caracterizado nesse contexto pela figura dos jovens, que em busca de melhores condições deixam seus lares rurais, contribuindo assim para a escassez de mão de obra para a produção local.

Estudos realizados na última década evidenciam a importância da produção agrícola para o abastecimento das famílias. O cenário atual tem demonstrado as falhas no sistema de abastecimento, destacando que não se consegue atender as necessidades de 72% das famílias. Grisa *et al.* (2010), em seus achados destacaram que entre os trabalhadores rurais quilombolas, e comum o sistema de plantar, cultivar e colher para sua subsistência, enquanto outros, essencialmente os mais idosos recebem ajuda de custo vinda do governo, e com o recurso a grande maioria adquirir bens alimentícios em mercados. Figueiredo *et al.* (2011) observaram que existe um grande problema com relação à ingestão de frutas nas comunidades quilombolas no Brasil, o que pode desenvolver déficits nutricionais e deficiências de micronutrientes. Navas *et al.* (2015), em um estudo no Vale do Ribeira observou um cenário similar ao anterior, com relatos de baixo consumo de frutas e hortaliças, e produção insuficiente para abastecimento das famílias ali residentes, com maior importância na compra de produtos básicos na alimentação.

5.2 O USO DE FERRAMENTAS PARA AVALIAR A FREQUÊNCIA DE INGESTÃO ALIMENTAR EM POPULAÇÕES QUILOMBOLAS.

Rivas *et al.* (2016) fizeram uma análise sobre o uso do questionário de frequência alimentar (QFA), e sua efetividade como ferramenta para avaliar a situação alimentar da população em questão, destacando que esse instrumento deveria conter 50 itens, uma vez que se identificado valores menores não seria executado corretamente, assim como em valores maiores que 100. Nos anos anteriores, os achados do instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), apresentaram baixo consumo de frutas e verduras, devido ser uma população vulnerável e com menor renda, vivendo em região fria (IBGE, 2014).

Na população de Porto Alegre Henn *et al.* (2010), destacou que o QFA aplicado na amostra delimitada, foi o que mais se aproximou da realidade da população estudada, contendo uma lista de alimentos mais extensa, que fazem parte dos hábitos da população quilombola, assim como, fazendo parte do consumo habitual do povo urbano de Porto Alegre. Silva *et al.* (2010), destacou que os alimentos mais consumidos na dieta da população quilombola foram, pães, arroz branco, feijão açúcar refinado e as carnes, os mesmos alimentos foram consumidos pelo povo de Guaíba.

5.3 DO AVORTADO AO COMPRADO, AS PRÁTICAS ALIMENTARES E A SEGURANÇA ALIMENTAR NAS COMUNIDADES.

A análise realizada por Nascimento *et al.* (2016) identificou que a ingestão do açaí pela população local sofreu mudanças ao longo dos anos, a crescente comercialização do fruto interferiu no consumo próprio da população, o que pode ter influenciado em casos de insegurança alimentar, uma vez que, a mercantilização do produto prejudicou o autoconsumo das famílias, sendo este resultado similar ao encontrado nesta pesquisa. Santos *et al.* (2021) durante a análise nas Ilhas de Cinzas, verificou mudanças nos hábitos alimentares dos indivíduos ao longo do tempo, refletindo em comportamentos alimentares mais restritos os quais foram diretamente associados aos impactos negativos na segurança alimentar. Paralelamente a isso, tal questão também foi evidenciada pela comunidade quilombola do baixo Acaraquí, o que resultou na adaptação das práticas alimentares.

Murrieta *et al.* (2001) afirma que as mudanças nas práticas da produção de alimentos foram por muitos anos ligadas a saída dos Jovens do quilombo, principalmente, em busca de emprego na zona urbana. Nascimento *et al.* (2016) em seus estudos tem se observado uma mudança significativa nos padrões alimentares das famílias estudadas, relatos já vem apontando que nas décadas anteriores a alimentação era diversificada é proveniente da unidade de produção, plantada e cultivada pelos próprios moradores, já nas atuais podemos analisar uma maior dependência com relação ao comércio de abacaxi, agora feijão, arroz são adquiridos nos mercados. Nesse contexto, houve um maior consumo de alimentos industrializados, enlatados macarrão instantâneo e a mortadela, onde há facilidade de preparo, os sucos naturais estão sendo substituídos pelo refrigerante.

5.4 HÁBITOS ALIMENTARES DE ADOLESCENTES QUILOMBOLAS.

Sousa *et al.* (2016) descreveram o consumo e comportamento alimentar de adolescentes quilombolas e não quilombolas residentes em uma zona rural de um município do sudoeste baiano. Para isso, foram utilizados os dados da pesquisa “Adolescer: Saúde do Adolescente Rural e dos seus Condicionantes” para comparar os dois grupos estudados. Os pesquisadores verificaram uma diferenciação expressiva quanto a alimentação saudável praticada entre esses jovens, ao ponto que os adolescentes quilombolas apresentam um menor consumo de alimentos saudáveis, essa fato chama atenção, uma vez que ambos os grupos moram na zona rural, e estão mais suscetíveis a adquirir e consumir alimentos provenientes da agricultura. No entanto, notou-se o inverso do esperado, com baixo consumo de alimentos in natura e minimamente processados, e um considerável aumento da ingestão de alimentos ultraprocessados nos dois grupamentos, avaliados.

Entretanto, análogo a outros adolescentes residentes na área urbana, ambos os grupos pesquisados apresentam uma alimentação mais saudável. Rodrigues e colaboradores (2021) constataram em sua pesquisa que houve diminuições no consumo de frutas entre os jovens, quando comparada com a alimentação de pessoas de outras idades, além disso, é notório destacar que os adolescentes são o grupo com alimentação mais desequilibrada. Ao investigar o consumo de ultraprocessados em adolescentes Silva e colaboradores (2021), verificou que ambas as macrorregiões do país apresentam elevado consumo de alimentos ultraprocessados, sendo o percentual encontrado acima de 70% que caracteriza que 03 entre 04 adolescentes apresentam alta ingestão desses alimentos.

Lamarão *et al.* (2019) em escolas quilombolas fizeram uma análise em adolescentes, nos quais observaram questões relacionadas à renda mensal, e sua influência diretamente na aquisição dos alimentos para essas populações. Quando analisados os hábitos alimentares dos adolescentes estudados nas escolas de Macapá, a grande maioria relatou consumir frituras diariamente, bebidas açucaradas e doces. Fato este que pode indicar um desconhecimento sobre hábitos alimentares saudáveis por esta população. Além disso, o estilo de vida tem se mostrado fator decisivo para o aparecimento de doenças, pois grande parte da amostra estudada declarou que não fumava, nem ingeria bebidas alcoólicas e praticava atividades físicas. A prevalência geral de excesso de peso é a somatória dos adolescentes com sobrepeso e obesidade foi um índice considerado alto para o público estudado. Entretanto, observa-se que o fator econômico ocasionado pelo maior número de pessoas dependente da mesma renda não deve ser exclusivamente a única causa do sobrepeso e da obesidade para esta população,

mas sim a baixa qualidade alimentar e nutricional, que pode estar influenciando o ganho de peso.

Estes resultados reforçam que um estilo de vida ativo e mais saudável pode estar associado com a prevenção do desenvolvimento precoce de sobrepeso e obesidade entre adolescentes. No entanto, há estudos que encontraram associação inversa entre o excesso de peso e prática regular de atividade física, como os achados dessas pesquisas podem estar associados às diferenças nos métodos de avaliação e classificação das variáveis das pesquisas. Tornando essas contradições e o fato de que os baixos níveis de atividade física se destacam no topo dos fatores de risco associados à inúmeras causas de morte no país, tornando-se necessários dessa forma a realização de mais estudos (HALLAL *et al.*, 2012).

5.5 INSEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

Em 2017, Silva *et al.* Em seus estudos buscaram identificar a prevalência de insegurança alimentar em uma zona rural do Nordeste do Brasil e investigar os fatores associados a esse desfecho, de acordo com a residência em comunidades quilombolas e não quilombolas de uma mesma área de abrangência, realizando assim, um estudo comparativo entre as populações rurais de uma região específica. As variáveis avaliadas que apresentaram alguma relação com a insegurança alimentar foram obtidas pela EBIA, que une agrupamentos de conceitos, possibilitando estimar as prevalências de insegurança alimentar, e classificá-la de acordo com os níveis de gravidade (leve, moderada e grave). A partir da análise dos resultados pode-se perceber que as famílias quilombolas seriam o grupo com maior risco de IAN quando comparadas às demais famílias residentes em áreas rurais.

Ao longo dos anos, vários estudos vêm apontando resultados similares, e afirmando que as famílias residentes em comunidades rurais têm maior prevalência de insegurança alimentar quando comparadas às famílias residentes na zona urbana. No estudo de Rocha *et al.* (2014) ele aborda esse aspecto dando enfoque a ocorrência de insegurança alimentar e nutricional em relação à área de residência, confirmando que a insegurança alimentar estaria mais frequente nas áreas rurais. No estudo de Maas *et al.* (2020), que realizou rastreamento sobre a Insegurança Alimentar em famílias de área rural do extremo sul, em município do Rio Grande, pode-se observar que a insegurança alimentar e nutricional atingiu mais de um quarto dos domicílios da área rural, e que seria possível, identificar as residências com um maior risco a esse desfecho, consequências do baixos níveis socioeconômicos e de escolaridade,

baixa participação em programas de transferência de renda, maior número de moradores no domicílio e ausência de agropecuária para subsistência.

Andrade *et al.* (2017) analisaram a participação das comunidades em programas do governos, infraestruturas, qualidade e quantidades da alimentação nos últimos 5 anos, no qual foi verificado que o acesso das pessoas a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e ao programa minha casa minha vida, descritivamente a frequência relativas às medidas das tendências central.

Ribeiro *et al.* (2015) ao realizar uma análise em uma comunidade quilombola em Sergipe, sobre a segurança alimentar e nutricional, observaram achados sobre a prevalência de insegurança alimentar em povos tradicionais, em 83,3% dos entrevistados. Monego *et al.* (2010) abordaram 14 comunidades negras, e destacaram que no Tocantins houve uma maior prevalência no total de famílias que apresentaram insegurança alimentar, 85,1%.

Já Corrêa *et al.* (2011) relatou que a renda familiar per capita não apresentou significância em relação à insegurança alimentar moderada ou grave, classificados por extremamente pobre e moravam em domicílios vulneráveis. Guerra *et al.* (2007) compreende que a falta de saneamento básico compromete a qualidade de vida dos quilombolas relativamente aos dejetos sanitários, associados com aumento do risco de morbidades.

Silva *et al.* (2020) em busca de identificar a situação de insegurança alimentar nas famílias Maranhense no Brasil, realizou uma análise dos estudos feitos em famílias de outros países, e observou uma alta prevalência de insegurança alimentar, ao se aplicar no Brasil essa pesquisa detectou que o estado do Maranhão foi o estado que apresentou nível maior de prevalência em todas unidades federadas, por meio da EBIA. Silva *et al.* (2017) em seus estudos vêm mostrando que as famílias que habitam em zona rural têm maior prevalência de insegurança alimentar, destacando que aquelas que são quilombolas têm um nível econômico menor, quando comparado às outras famílias não quilombolas. Álvares *et al.* (2014), observou os fatores que levam à insegurança alimentar como a baixa renda, escolaridade, convívio com mais de 5 pessoas, famílias comandadas por mulheres, apresentaram maior grau de insegurança alimentar e nutricional.

Nos últimos anos, o início do enfrentamento da fome e pobreza, analisou que o progresso no combate a insegurança alimentar moderada e grave, em 2013, proveniente das regiões Norte e Nordeste, tiveram maiores números de sujeito a condições de restrição alimentar e fome, mais do que nas outras regiões, como a realidade obtida pelo consumo e comprometimento da fome presente em três milhões dos domicílios no Brasil. Constatou-se um progresso significativo na diminuição da fome global nos últimos tempos, mas o mesmo

continua sendo problema em muitos países atingindo majoritariamente o grupo de mulheres com menor escolaridade por não ter estudos de qualidade, mas há o conhecimento e a capacidade de lutar por melhoria e igualdade. FAO, (2017). Porém é preciso que haja melhoria no fortalecimento e desempenho nos mercados da zona rurais para a agricultura familiar e seja parâmetro chaves nas estratégias para a população ter melhorias na segurança alimentar e qualidade de vida e dieta de pequena propriedade agrícola.

5.6 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS RELACIONADAS ÀS CONDIÇÕES SÓCIO AMBIENTAIS, E INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

A pesquisa foi realizada por Cruz *et al.* (2021), tiveram como objetivo avaliar os aspectos socioambientais relacionados com a insegurança alimentar e nutricional de quilombolas de uma Reserva Extrativista Marinha. Para isso, foi realizada uma entrevista semiestruturada, a fim de, coletar informações sobre as condições socioeconômicas e infra estruturais da comunidade, além disso, foi realizada a coleta e análise da água que abastece a referida comunidade. A comunidade é habitada por 26 domicílios, contudo apenas 23 participaram da pesquisa, do total de residências estudadas, 65,2% tinham mulheres como chefes do lar. Segundo Garrucho *et al.* (2021), novas estruturas de mercado de trabalho favoreceram o aumento expressivo de mulheres chefiando domicílios. Referente à escolaridade, os resultados mostraram que 56,5% dos entrevistados possuíam o ensino fundamental incompleto, resultados semelhantes foram encontrados por Passos *et al.* (2021), no qual a baixa escolaridade, sem estudo ou fundamental incompleto, foi representada por 72,8% da população quilombola estudada em Sergipe.

Em relação à renda familiar, o estudo de Cruz *et al.* (2021) observou que em 47,9% dos lares ela é menor do que um salário mínimo, além disso, a composição de renda é composta por benefícios sociais, como: Bolsa Família e Bolsa Verde. De acordo com Gomes *et al.* (2021), o Programa Bolsa Família promove a transferência de renda de acordo com as diferentes características de cada família, buscando melhorar as condições de vida das famílias com vulnerabilidades, como um dos objetivos principais dos programas sociais. Para Burlandy (2007), é inegável a inter-relação entre o déficit de renda e insegurança alimentar, pois não há como negar a questão monetária durante o acesso aos bens alimentícios, dessa forma, programas de transferência de renda procuram facilitar esse acesso.

Ainda no estudo Cruz *et al.* (2021), relatou-se que as residências eram em sua totalidade feitas de taipa. Junior (2021) relatou que casas de taipa, estão associadas ao baixo

poder aquisitivo de seus moradores, questões como conforto térmico e acústico, boa ventilação são desconsideradas. Segundo os entrevistados, quando questionados sobre o destino do lixo, 100% deles afirmou que o mesmo era queimado ou enterrado na própria propriedade, contudo durante a pesquisa observou-se lixo domiciliar exposto a céu aberto próximo a propriedades domiciliares. Estudo realizado por Monego *et al.* (2010), em comunidades quilombolas do Tocantins relataram resultados semelhantes, no qual, 52% da comunidade o destino do lixo era enterrar ou queimar.

Sobre o abastecimento de água, Cruz *et al.* (2021) descreveram que esse era feito pela rede pública. Contudo, foi observado que a canalização não chega no interior das casas, sendo armazenados em reservatórios não apropriados, as análises microbiológicas testaram a presença de coliformes fecais na água circulante na comunidade. De acordo com a Lei nº 11.445/07, o saneamento básico é caracterizado por um agrupamento de infraestruturas e instalações operacionais que possibilitam a prestação de serviços para o fornecimento de água potável, limpeza urbana e manuseio de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e esgotamento sanitário. No entanto, em comunidades rurais, visto seu tamanho e isolamentos, outras fontes de abastecimento são utilizadas, como os poços rasos, rios, nascentes e córregos, que se constituem em potenciais fontes de contaminação, além disso, o abastecimento inadequado propicia a contaminação da água, e por conseguinte os alimentos Souza *et al.* (2020).

Maciel *et al.* (2021) buscaram analisar os fatores sociodemográficos e nutricionais associados à insegurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas do estado do Tocantins, e para isso delinearum um estudo transversal utilizando as diretrizes do STROBE que é um guia para pesquisas observacionais. Nos achados, a Insegurança alimentar leve predominou, sendo encontrados valores acima de 70%, seguida da moderada. Esse resultado evidencia que é necessário o investimento de políticas públicas mais efetivas nessas comunidades.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em (2013), observou que tanto na área urbana quanto na rural, taxas elevadas de insegurança alimentar foram observadas, principalmente nos domicílios em que as mulheres fazem o papel de chefe de família no Brasil. Marín-León *et al.* (2011), diz nos autores que essas taxas classificam a desigualdade social de baixa renda e escolaridade, pela etnia negra. Os conhecimentos das protagonistas líderes em famílias são desacreditada quando são comparadas ao gênero masculino, pois tem que haver reflexão que possa revestir esse contexto, pois as mulheres tem

que ter voz e vez e lugar na sociedade brasileira, divisão de trabalho igualitário entre os sexo, mulheres nas políticas públicas. (Grossi *et al.*, 2018).

As famílias chefiadas por mulheres apresentaram maior prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional, mesmo as mulheres tendo mais independência e sendo efetivadas no mercado de trabalho, esses aspectos não auxiliaram para a diminuição da IAN em seus lares.

Barbosa (2020) ao analisarem variáveis que contribuem para o surgimento de IAN nas famílias quilombolas, evidenciaram que em casas administradas por mulheres a Insegurança Alimentar e Nutricional é maior. Cherol *et al.* (2021), encontram resultados acima de 80% de Insegurança Alimentar, o que ratifica os achados de Maciel *et al.* (2021) e Cherol *et al.* (2021) reafirmar a necessidade de políticas públicas, ações e programas governamentais que auxiliam a combater essa problemática e ajudem a população a ter acesso a alimentos saudáveis.

Silva *et al.* (2020) objetivaram avaliar a prevalência e os fatores associados à insegurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas maranhenses. É um estudo transversal que utiliza a pesquisa “Condições de Nutrição e Segurança Alimentar em Mulheres e Crianças de Comunidades Quilombolas no Maranhão” para esta investigação. Os achados revelaram um alto índice de insegurança alimentar e nutricional, sendo encontradas categorias de intensidade leve e moderada. Tendo sido encontrados vários fatores associados com esta insegurança, dentre os mais predominantes, estão famílias chefiadas por mulheres, domicílios com mais de cinco pessoas, renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo e a não cobertura pela ESF mostraram-se diretamente proporcional à insegurança alimentar e nutricional.

Bezerra *et al.* (2017) encontrou resultados similares em um levantamento de vários estudos sobre a população brasileira, tendo a renda familiar, a quantidade de indivíduos no domicílio e o tipo de moradia como variáveis significativas para o surgimento da insegurança alimentar e nutricional em famílias brasileiras. Bertolini *et al.* (2021) usou o fato caça para investigar variáveis que se correlacionaram para a execução desta prática e constatou que famílias que vivem em zonas rurais, sendo indígenas ou quilombolas, enxergam na caça. Outra variável que está correlacionada com a caça é a socioeconômica, que no estudo de Silva *et al.* (2020) se relacionou com a IAN, mostrando que a segurança alimentar e nutricional se apresenta vulnerável a muitos fatores encontrados na vida rural.

O IBGE (2013) analisou o levantamento da base e verificação demográfico e socioeconômico do governo em todo o país, em 2013 apontou uma diminuição considerável e significativa da IA no Brasil. Em domicílios quilombolas em 2011, constatou que a IA do grupo populacional é quatro vezes maior do que o nível estipulado para a população brasileira

sendo de 86,1% e 22,6%, ressaltaram a classificação de raça e cor entre os habitantes, houve a proporção da IA moderada e grave entre pardos e negros 11,1% e 55,9%.

Ultimamente a pesquisa nacional de despesas familiares, encontrou achados de 2017 a 2018 e ao analisar novamente o aumento da prevalência da povo brasileiro Instituto Brasileiro (2020), esta base analisaram o retrocesso nos aumentos da políticas sociais no contorno da Segurança Alimentar e Nutricional e o retorno da fome no país. Nesse alisamento a IA teve prevalência grave, devido a cor da pele autor referência preta ou parda. O estado nacional de despesas familiares não forneceram nenhum dados específicos diferente da população quilombola do país, os dados estudados mostraram maior nível de toda as formas de Ia entre negros e pardos, indicativo de fortalecimento continuo da desigualdade racial ao acesso a alimentos adequado no país.

5.7 O DILEMA DA ALIMENTAÇÃO QUILOMBOLA

Corrêa *et al.* (2021) em comunidades quilombolas Santo Antônio e São João caracteriza-se pelo alto índice de tubérculos e cereais em contraposição frutas e verduras, os achados são elementos nutricionais observado nas duas comunidade da presente análise, as carnes proteicas estavam em torno da carne vermelha, onde as carnes são proveniente dos animais silvestre. Belgossi *et al.* (2019) associaram o declínio dos recursos pesqueiro, a irregularidade, como consequência da poluição dos rios, destruição de habitat e barragens feitas nos rios para projeto hidrelétrico, esses fatos põem em risco a segurança alimentar dos povos tradicionais da Amazônia, sendo que os alimentos vem sendo afetado pelo impacto da barragem. No entanto, segundo Torres *et al.* (2019), os alimentos inseridos nos hábitos do consumo dos quilombolas encontram-se ameaçados, em decorrência da fragmentação da Amazônia e a diminuição da cobertura florestal, que exercem influência negativa disponibilidade das espécies de caça, bem como, no baixo consumo de frutas e verduras, 5,8% e 4,4%, com maior ingestão de produtos industrializado, 20%.

5.8 DESIGUALDADE SOCIAL E INSEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADE QUILOMBOLAS.

Cherol *et al.* (2021) em suas pesquisas mostraram uma redução significativa da IA no Brasil, a base do estudo demográfico e socioeconômico do governo, no qual averiguou-se essa realidade em todo o país. O IBGE (2014) ao realizar um levantamento, observou que os dados apresentados em domicílios quilombolas em 2011, mostraram que a IA dos povos

quilombolas eram quatro vezes maior que o nível estimado a população brasileira em 2013 86,1% e 22,6%, e ao se levar em consideração a classificação de raça e cor, em 2013 a proporção da IA foi moderada entre os pardos e negros inferior ao observado nos quilombos 11,1% a 55,9%.

Os dados refletem o retrocesso nos avanços sobre as políticas sociais de promoção na segurança alimentar e nutricional, e demonstraram que como consequência desse processo a fome vem se intensificando novamente no Brasil. Corrêa *et al.* (2019) realizou uma breve reflexão que a renda familiar é de suma importância sendo essencial para as famílias e populações terem acesso aos alimentos adequados e reduzir o IAN.

5.9 DESNUTRIÇÃO E FATORES ASSOCIADOS À INSEGURANÇA ALIMENTAR EM CRIANÇAS

O trabalho proposto por Silveira *et al.* (2021) que averiguou a prevalência de desnutrição em crianças menores de 60 meses em comunidades remanescentes de quilombos de dois municípios no Maranhão, evidenciou uma leve severidade para o déficit de estatura-para-idade (E/I) e moderada para o déficit de peso-para-estatura (P/E), além de referir que crianças de mães com baixa estatura tendem a ter chances maiores de possuir déficit de estatura-para-idade. Assim, observou-se que este contexto é fruto de fatores ambientais das famílias, que majoritariamente, estavam inseridas em classes econômicas mais baixas.

Esse estudo se assemelhou ao trabalho de Pereira *et al.* (2017) que avaliou o estado nutricional de crianças menores de 5 anos no Brasil, no qual identificou-se que o déficit ponderal, verificado pelo índice P/I e a magreza definida a partir do índice P/E, foram mais prevalentes entre crianças menores de 1 ano; 3,6% e 8,9%, respectivamente e o déficit estatural mostrou-se maior em crianças de 3anos (12,0%); sobretudo em família indígenas. Ademais, notou-se que mães com alturas mais baixas tendem também, apresentar bebês com comprimento igualmente baixo em contraponto àquelas com altura normal.

Além disso, Araújo *et al.* (2016) apresentou uma realidade similar, no qual investigou-se de maneira direta a prevalência e fatores associados à desnutrição em crianças menores de cinco anos no interior da Amazônia. A prevalência de déficit da E/I foi mais elevada em famílias da área rural, sobretudo entre crianças com ascendência indígena, evidenciando a vulnerabilidade à desnutrição. Neste contexto, correlacionou-se, portanto, a situações de desigualdades sociais e consequente insegurança alimentar, no qual exerceu impacto sobre o estado nutricional infantil.

Neves *et al.* (2021) nas pesquisas realizadas evidenciaram a presença de uma elevada prevalência de déficit ponderal e estatural no Nordeste do Brasil, analisaram os fatos que levou a tanto agravo entre crianças nas comunidades quilombolas tituladas, outras comparações feita em outras áreas investigadas, houve variáveis de insegurança alimentar que foi obtidas pela falta de saneamento básico, baixo nível sócio demográfico e baixa escolaridade, renda menor que um salário mínimo. Estudo não envolveu universo de coletividade somente comunidades tituladas.

Pesquisas realizadas nos últimos anos afirmam que o nordeste é a segunda maior região com prevalência de insegurança alimentar em Brasília. Nesse contexto, averiguaram-se perdas relacionadas à impossibilidade de cálculo dos indicadores antropométricos para um conjunto de indivíduos, em face da ausência de dados de pesos, estatura e idade contribuíram para subestimação das prevalências de agravos Nutricionais. Além disso, a disponibilização de dados pela pesquisa de avaliação, não se deu juntamente com os respectivos totais de população das comunidades que participaram o que compromete a caracterização dos perfis de ausência, recusa e/ou de pessoas não incluídas por dificuldades enfrentadas durante a pesquisa de campo. Trata-se de uma limitação que pode estar relacionada a viés de participação. Vale mencionar que a Pesquisa de Avaliação não coletou dados acerca de diagnóstico prévio de anemia ferropriva, variável que pode ser preditora de déficit de estatura (NEVES *et al.*, 2021).

Constatou-se nas literaturas pesquisadas neste trabalho que nos últimos cinco anos a aplicação da Segurança alimentar e nutricional pactuado nas políticas públicas e reconhecida em lei que define a SAN, o direito ao acesso a alimentos de qualidade em quantidade suficiente da população quilombola no Brasil. Porém, a pesquisa de revisão literária enfatizou a prevalência de insegurança alimentar e nutricional nas comunidades quilombolas, deficiência de saneamento básico, serviços públicos de tratamento de água, esgotos e qualidade de vida, que dificulta a promoção à saúde provocando um estado de vulnerabilidade dessa população, estudos demonstraram que famílias que residem na zona rural tem maior prevalência de insegurança alimentar por apresentar menor renda per capita que está diretamente ligada a baixa escolaridade, principalmente onde as mulheres se tornaram chefe dos lares, outras dificuldades é o acesso aos serviços para escoamento da produção dessa população, pois a atividade agrícola é uma das principais fontes de renda dessas famílias, característica que influencia no aumento da vulnerabilidade, aumentando a insegurança alimentar.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou avaliar as publicações feitas nos últimos cinco anos sobre a segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas, a fim de identificar a atual forma de abordagem desse tema, assim como, a situação desses indivíduos.

A partir da análise dos artigos selecionados pode-se observar uma grande prevalência de estudos a respeito da situação de insegurança vivenciada por essa população, bem como, os hábitos alimentares e a falta de ingestão de certos alimentos como frutas e hortaliças, entre outros.

A insegurança alimentar e nutricional entre as comunidades quilombolas no Brasil e os indicadores de condições socioeconômicas reforçam a importância das implementações efetivas de políticas públicas, que visem a erradicação da pobreza e insegurança alimentar da população. Além disso, a ausência de água encanada, distinto de esgoto, renda per capita e acesso ao serviço de saúde tiveram acesso direto com a insegurança alimentar.

Nesse contexto, a segurança alimentar se constitui um direito universal, que inclui as parcelas menos favorecidos pobres e negros, que infelizmente no Brasil ainda são poucas reconhecidas e deixadas a mercês da desnutrição e a falta do acesso ao alimento de qualidade em quantidade suficiente para suprir as carências biológicas sociais. O ato de se alimentar passa a ser mais que um simples ato diário, tornando-se expressão, característica da população negra, que devem ter uma cultura alimentar cultivada e preservada.

Em suma, a cultura alimentar quilombola é mais que característica de um povo que não cessa jamais de lutar pelos seus direitos e patrimônio da nação brasileira. Tem origem construída com marcas rudes, mas que se revelam a força de um povo que conseguiu superar o flagelo da escravidão e permanecem mostrando sua importância e força diante da desigualdade reinante na sociedade.

Mediante o exposto, observaram-se os avanços positivos nas ações das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, no que diz respeito à vulnerabilidade econômica e social das famílias quilombolas, no entanto, faz-se necessário maior esforço na atuação e criação de novos projetos voltados para a superação deste grande problema. Esse trabalho também revela que é preciso mais trabalhos publicados sobre SAN das populações quilombolas no Brasil, para aprimorar o nível de conhecimento a respeito deste grupo social. Levando-se em conta a grande importância dessas comunidades em termos socioculturais e ambientais no contexto geral.

REFERÊNCIAS

ALVES, Kelly Poliany de Souza; JAIME, Patricia Constante. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4331-4340, 2014.

ANDRADE, Dhenef Alves *et al.* Avaliação da situação de insegurança alimentar em uma comunidade quilombola de Sergipe. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 24, n. 2, p. 125-140, 2017.

ANTONOGEORGOS, George *et al.* Physical activity patterns and obesity status among 10-to 12-year-old adolescents living in Athens, Greece. **Journal of Physical Activity and Health**, v. 7, n. 5, p. 633-640, 2010.

ARAÚJO, Thiago Santos de *et al.* Desnutrição infantil em um dos municípios de maior risco nutricional do Brasil: estudo de base populacional na Amazônia Ocidental Brasileira. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 19, p. 554-566, 2016.

BARBOSA, Lanay Dias *et al.* Disponibilidade domiciliar de alimentos a partir da nova classificação de alimentos e (in) segurança alimentar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2701-2709, 2020.

BEZERRA, T. A. *et al.* Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 637-651, fev. 2017.

BORTOLINI, C. S. F. *et al.* Vulnerabilidade social e alimentar como fatores associados ao ato de caçar, porém não ao consumo de carne de caça: estudo em mêncio lima, Acre. **Jamaxi**. v. 4, n. 2, Jul-Dez. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**; 2003 DECRETO DO EXECUTIVO, Brasília, DF, 20 nov. 2003. 182o da Independência e 115o da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> . Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília; 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento – SNS. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: 24º diagnóstico dos serviços de água e esgotos**– 2018. Brasília: SNS/MDR, 2019.

CHEROL, Camilla Christine De Souza; FERREIRA, Aline Alves; SALLES-COSTA, Rosana. Desigualdades sociais e insegurança alimentar em comunidades quilombolas no Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 34, p. e 200173, 2021.

CORRÊA, N. A. F.; CARDOSO, L. F. C.; SILVA, H. P. Comida de quilombo na merenda escolar: interfaces entre a cultura alimentar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Amazônica: **Revista de Antropologia**, Belém, v. 12, n. 1, p. 145-163, 2020.

CRUZ, Edileide Santana *et al.* Condições socioambientais relacionadas com a (In) Segurança Alimentar e Nutricional de quilombolas de uma Reserva Extrativista Marinha. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e 021018-e021018, 2021.

Encontro Nacional 5a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional +2 – Relatório Final; 2018; Brasília. **Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília; 2018.

FERREIRA, Márcia Gonçalves *et al.* de Questionário de Frequência Alimentar para adultos em amostra de base populacional de Cuiabá, Região Centro-Oeste do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 13, p. 413-424, 2010.

FIGUEIREDO, Márcia Cançado *et al.* Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista da Faculdade de Odontologia-UPF**, v. 16, n. 2, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira *et al.* Mudanças nos Meios de Vida dos Ribeirinhos a Partir da Ressignificação Econômica do Açaí (*Euterpe oleracea* Mart.): um Estudo em Igarapé-Miri/Pa. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 13, n. 1, p. 345-374, 2021.

FREITAS, Daniel Antunes *et al.* Mulheres quilombolas: profissionais na estratégia de saúde da família. **Rev Espaço para Saúde**, v. 12, n. 2, p. 56-62, 2011.

GOULARTE, Nivaldo Aníbal. Brasil 500 anos: desconstruindo o mito (coletânea de textos). Criciúma: **Unesc**, 2000.

GRISA, Catia.; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A " produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

GROSSI, Patricia Krieger, OLIVEIRA, Simone Barros, BITENCOURT, João Vitor. Mulheres quilombolas e divisão sexual do trabalho na sociedade contemporânea. In: **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**; Vitória; 2018. 2018;1(1):1-15.

HAGERAATS, Roseann. Mary. *et al.* **Caracterização do estado de segurança alimentar e nutricional (SAN) em comunidades Quilombolas da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 2017.

HALLAL, Pedro C. *et al.* Global physical activity levels: surveillance progress, pitfalls, and prospects. **The lancet**, v. 380, n. 9838, p. 247-257, 2012.

HENN, Ruth Liane *et al.* Development and validation of a food frequency questionnaire (FFQ-Porto Alegre) for adolescent, adult and elderly populations from Southern Brazil. **Cadernos de saúde pública**, v. 26, p. 2068-2079, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional De Saúde Escolar**: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**: segurança alimentar 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

LIGNANI, Juliana de Bem *et al.* Relationship between social indicators and food insecurity: a systematic review. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200068, 2020.

MAAS, Nathalia Matties *et al.* Insegurança Alimentar em famílias de área rural do extremo sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2605-2614, 2020.

MACIEL, Erika da Silva *et al.* Insegurança alimentar em comunidades quilombolas: um estudo transversal. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e021017-e021017, 2021.

MACIEL, Rodrigo Araújo. Alimentação, sociedade e cultura. **Horizontes Antropológicos**, v. 18, n. 38, p. 403-406, 2012.

MARIN-LEON, Letícia *et al.* Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, p. 398-410, 2011.

MENDONÇA, Sarah Karolina *et al.* Prevalência de excesso de peso em adolescentes de escolas quilombolas e os fatores associados. **RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 13, n. 81, p. 750-758, 2019.

MONEGO, Estelamaris Tronco *et al.* (In) segurança alimentar de comunidades quilombolas do Tocantins. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, p. 37-47, 2010.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni *et al.* Consumo alimentar e ecologia de populações ribeirinhas em dois ecossistemas amazônicos: um estudo comparativo. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 123s-133s, 2008.

NASCIMENTO, Elcio Costa do; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 11, p. 225-241, 2016.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; SANTOS, Katia Maria Pacheco. Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo / Brasil. **Revista Nera**, n. 27, p. 138-155, 2015.

NEVES, F. J. *et al.* Estado nutricional e fatores associados ao déficit estatural em crianças menores de cinco anos de comunidades remanescentes de quilombos do Nordeste brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021.

ONU - Organização das Nações Unidas - Organização das Nações Unidas para agricultura e Alimentação – FAO. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: agendas convergentes.** [S.l.]:FAO-Brasil, 2015.

ONU - Organização das Nações Unidas - Organização das Nações Unidas para agricultura e Alimentação. FAO, IFAD and WFP. 2014. **State of Food Insecurity in the World.** FAO, Roma, 2014.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, 2015.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Building resilience for peace and food security the state of food security and nutrition in the world 2017.** Disponível em: <https://www.fao.org/3/a-I7695e.pdf>. Acesso em: 19 de janeiro de 2022.

PACHECO Sandra Simone Morais.O hábito alimentar enquanto comportamento culturalmente produzido. In: Freitas MCS, Fontes GAV, Oliveira N, organizadores. Escritas e narrativas em alimentação e cultura. Salvador: **EdUFBA**; 2008. p.217-238.

PASSOS, Maria Aparecida Zanetti *et al.* Body mass index percentiles in adolescents of the city of São Paulo, Brazil, and their comparison with international parameters. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 54, n. 3, p. 295-302, 2010.

PEREIRA, Ingrid Freitas da Silva *et al.* Estado nutricional de menores de 5 anos de idade no Brasil: evidências da polarização epidemiológica nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3341-3352, 2017.

PINTO, Alexandro Rodrigues, BORGES, Júlio César.; NOVO, Marina. Pereira, PIRES, Pedro Stoeckli (org). **Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. P. 69-91.

RÊGO LS, Castro MS. Inclusão produtiva e etnodesenvolvimento para as comunidades quilombolas: parte IV. In: Pinto AR, Borges JC, Novo MP, Pires PS. **Cadernos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: 2014

RIBEIRO, Graciele; OLIVEIRA MORAIS, Franciny Michelle; DE PINHO, Lucinéia. Food (in) security of quilombola community in the north of minas gerais. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 14, n. 3, 2015.

RIVAS, Mariana Espinoza *et al.* Desenvolvimento de um Questionário de Frequência Alimentar para Populações Quilombolas do Rio Grande do Sul, Brasil. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 11, n. Supl., p. 1317-1332, 2016.

ROCHA, Élida Mara Braga.; LIMA, Roberto Teixeira.; ALMEIDA, Paulo César de. Insegurança alimentar relacionada à área de residência em município do Semiárido brasileiro. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 22, p. 205-211, 2014.

RODRIGUES, Renata Muniz *et al.* Evolução dos alimentos mais consumidos no Brasil entre 2008-2009 e 2017-2018. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, 2021.

RODRIGUES, Rodrigo Alexandre da Cunha.; OLIVEIRA, Francisco Pereira de.; SANTOS, Raquel Amorim dos. Transição nutricional e epidemiológica em comunidades tradicionais da Amazônia Brasileira. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 11290 – 11305 mar. 2020.

SANTOS, Erick Silva; AZEVEDO-RAMOS, Claudia; GUEDES, Marcelino Carneiro. Segurança alimentar de famílias extrativistas de açaí na Amazônia oriental brasileira: o caso da Ilha das Cinzas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 2, 2021.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Segurança alimentar em comunidades quilombolas de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 23, n. 1, p. 786-794, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Uma análise agroalimentar: O caso dos agricultores quilombolas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos Barra do Turvo, SP. REDES: **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 21, n. 3, p. 196-216, 2016.

SANTOS, Laíse Gabrielly Matias de Lima *et al.* Evolução da prevalência de anemia em crianças quilombolas, segundo dois inquéritos de base populacional em Alagoas, Brasil (2008-2018). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021.

SILVA, Bruna de Moura Araujo *et al.* Situação de insegurança alimentar e nutricional em famílias quilombolas maranhenses. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 15, p. 43636, 2020.

SILVA, Etna Kaliane Pereira da *et al.* Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e 00005716, 2017.

SILVA, Etna Kaliane Pereira da *et al.* Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00005716, 2017.

SILVA, J. B. *et al.* Fatores associados ao consumo de alimentos ultraprocessados em adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 40, 2021.

SILVA, Janiquelli Barbosa *et al.* Fatores associados ao consumo de alimentos ultraprocessados em adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 40, 2021.

SILVA, Joseane Maia Santos. Comunidades quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. **Revista Palmares - Cultura Afro-brasileira. A FCP chega aos 21 anos - Tempo de cidadania e diversidade.** Ano V, n. 5, ago. 2009.

SILVA, R. J.; GARAVELLO, M.E.P.E. **Ensaio sobre transição alimentar e desenvolvimento em populações caboclas da Amazônia.** Segurança Alimentar e nutricional, Campinas, v.19, n. 1,p.1-7, 201

SILVA, T. P.; COSTABEBER, J. A. A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, município de Capão do Cipó (RS). **Revista NERA**, v. 16, n. 23, p.131-149, 2013.

SILVEIRA, Victor Nogueira da Cruz.; PADILHA, Luana Lopes; FROTA, Maria Tereza Borges Araújo. Desnutrição e fatores associados em crianças quilombolas menores de 60 meses em dois municípios do estado do Maranhão, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2583-2594, 2020.

SOUSA, Bárbara Cabral de. *et al.* Hábitos alimentares de adolescentes quilombolas e não quilombolas da zona rural do semiárido baiano, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 419-430, 2019.

TRIVELLATO, Paula Torres. *et al.* Food and nutritional insecurity in families in the Brazilian rural environment: a systematic review/Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciencia & saúde coletiva**, v. 24, n. 3, p. 865-875, 2019.